

EDITAL 005/2016

PROJETO PRIMEIRA HABILITAÇÃO PARA O TRANSPORTE – CNH SOCIAL SELEÇÃO PARA VAGAS REMANESCENTES

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social” visa contribuir para a inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, por meio da concessão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria “B”, associada à oferta de curso de qualificação, aumentando a empregabilidade e renda dos jovens e atendendo aos objetivos fundamentais do SENAT, previstos no art. 5º de seu Estatuto Social, bem como às necessidades de mercado, principalmente, as do setor de transporte.

1.2. O processo seletivo para participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social” é regido por este Edital, em conformidade com as normas internas do SEST SENAT e com a legislação aplicável.

1.3. A inscrição no processo seletivo para participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social” não assegura ao candidato a garantia de participação no Projeto que prevê a concessão de CNH, devendo o candidato aguardar o pronunciamento do SEST SENAT acerca da possível participação após seleção.

1.4. Todos os candidatos e seus respectivos responsáveis legais e financeiros se comprometem a ler as regras estabelecidas para o processo seletivo, subsidiadas pelo presente Edital.

1.5. A inscrição no processo seletivo é um ato que caracteriza o conhecimento e o consentimento das regras impostas por este instrumento, o Edital.

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. O candidato, para ter sua inscrição aceita, deve atender aos seguintes requisitos:

2.1.1. Ter entre 18 e 27 anos na data da inscrição.

2.1.2. Comprovar renda individual de até 03 (três) salários mínimos.

2.1.3. Saber ler e escrever.

2.2. É permitida a participação de:

2.2.1. Candidatos com processo de habilitação iniciado antes da inscrição no Projeto.

2.2.2. Candidatos já habilitados na Categoria A.

2.2.3. Candidatos com processo de habilitação anterior cancelado/encerrado.

2.2.4. Candidatos já inscritos no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social” que:

2.2.4.1. não foram convocados.

2.2.4.2. foram convocados, não compareceram à Unidade Operacional do SEST SENAT por qualquer impedimento e foram desclassificados.

2.2.4.3. participaram e foram reprovados em alguma das etapas do Projeto, cujo prazo de seis meses, estabelecido no Termo de Adesão ao Projeto, já tenha expirado.

2.2.4.4. desistiram de participar do Projeto e apresentaram justificativa válida (atestados médicos e documentos que comprovem incompatibilidade com o horário de trabalho).

2.2.4.5. as inscrições que se referem aos itens 2.2.4.3 e 2.2.4.4, somente serão aceitas, se realizadas para a Unidade a qual estejam vinculadas aos Termos de Adesão anteriores.

2.2.5. O cadastro dos candidatos que se enquadram nos requisitos do item 2.2.4 terão suas inscrições anteriores canceladas automaticamente.

2.2.6. Pessoas com deficiência que não sejam incapacitantes para conduzir veículos automotores e que exijam ou não atendimento diferenciado.

2.2.7. Funcionários do SEST SENAT, devidamente autorizados pelo gestor da Unidade Operacional do SEST SENAT e que comprovem os requisitos para participação no Projeto.

3. DAS VAGAS DISPONÍVEIS

3.1. Para cada Unidade Operacional do SEST SENAT serão disponibilizados quantitativos de vagas diferenciados, conforme Anexo I deste Edital.

3.2. As convocações dos inscritos após sorteio ocorrerão até que todas as vagas

sejam ocupadas em cada uma das Unidades Operacionais do SEST SENAT, respeitando o quantitativo total disponível.

3.3. As vagas ocupadas temporariamente por candidatos desistentes poderão ser objeto de convocação de outros selecionados, desde que não tenha ocorrido qualquer desembolso com taxas ou serviços antes da manifestação de desistência.

3.4. A oferta de novo quantitativo de vagas para o Projeto considerará a relação de candidatos não convocados neste processo.

4. DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÕES

4.1. A inscrição para participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte deve ser realizada por meio de preenchimento de formulário de inscrição, disponível no endereço <http://www.sestsenat.org.br>.

4.1.1. Todas as informações declaradas são de responsabilidade do candidato e devem ser verdadeiras, sob pena de o SEST SENAT desclassificar candidatos em caso de irregularidades.

4.1.2. As informações declaradas não serão alteradas sob nenhuma justificativa. O candidato deve verificar todas as informações e garantir sua veracidade antes de confirmar o envio de sua inscrição.

4.1.3. Os candidatos deverão se inscrever somente para as Unidades Operacionais do SEST SENAT localizadas na área de abrangência da Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN da qual faz parte seu município de domicílio.

4.2. As inscrições estarão abertas a partir das **00h00 do dia 08 de julho de 2016 até às 23h59 do dia 17 de julho de 2016, horário de Brasília.**

4.3. Os candidatos que tiverem suas inscrições efetivadas receberão o comprovante de inscrição contendo: nome e data no endereço de e-mail cadastrado.

4.3.1. A efetivação da inscrição, por si só, **não** garante a participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social”.

4.4. O sistema informatizado de gestão de inscrições organizará aleatoriamente a listagem de candidatos aptos para participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social”, considerando os requisitos de idade e renda, e o ordenamento aleatório resultante será obedecido para convocação dos candidatos.

4.4.1. A listagem gerada será utilizada para todas as convocações posteriores, respeitando o mesmo ordenamento de cadastros.

4.5. Quando convocados os candidatos inscritos deverão comparecer à Unidade Operacional do SEST SENAT para a qual se inscreveu para realizar a entrega de documentação comprobatória das informações declaradas no ato da inscrição.

4.5.1. Não será aceita entrega de documentação por via postal.

4.6. As convocações ocorrerão após o encerramento do período de inscrições e estarão sujeitas a prazos específicos de cada uma das Unidades Operacionais do SEST SENAT.

4.7. As convocações serão realizadas **exclusivamente por e-mail** e obedecerão a um intervalo mínimo de 03 (três) dias úteis entre o envio da comunicação ao candidato e a data-limite para comparecimento à Unidade Operacional do SEST SENAT.

4.7.1. O não comparecimento à Unidade Operacional do SEST SENAT até a data-limite estipulada na convocação acarretará na desclassificação automática do candidato e a perda do direito de participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social”.

4.7.2. Em caso de impossibilidade de comparecimento até a data-limite estipulada na convocação o candidato deverá entrar em contato com a Unidade Operacional do SEST SENAT, dentro do prazo estabelecido na convocação. Somente haverá prorrogação do prazo de comparecimento nas situações em que o candidato apresentar atestado médico.

5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE

5.1. Os candidatos, quando convocados, deverão comparecer à Unidade Operacional do SEST SENAT para a qual se inscreveu, apresentar originais e entregar cópias legíveis de documentos que comprovem identificação, residência e renda.

5.2. Os documentos aceitos para comprovação de identificação, residência e renda devem atender ao disposto no Anexo II deste Edital.

5.2.1. Candidatos que não possuam renda deverão apresentar a declaração do Anexo III deste Edital preenchida e assinada.

5.2.2. Para o cálculo de renda individual serão deduzidos auxílios para alimentação e transporte; diárias e reembolsos de despesas; adiantamentos e antecipações; férias e 13º salário; estornos e compensações referentes a períodos anteriores; indenizações decorrentes de contratos de seguros; e indenizações por danos materiais e/ou morais por força de decisão judicial.

5.2.3. Para a comprovação de residência serão aceitos outros documentos não elencados no Anexo II deste Edital, desde que exista previsão em legislação federal, estadual ou municipal conforme o caso.

5.3. Caso a documentação apresentada seja aprovada será emitido um Termo de Adesão ao Projeto, que deverá ser assinado pelo candidato.

5.3.1. Para participar do Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH

Social” é necessário concordar **integralmente** com o disposto no Termo de Adesão.

5.4. O candidato receberá uma via do Termo de Adesão assinada e passará à condição de beneficiário do Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social”.

6. DA CONCESSÃO AOS BENEFICIÁRIOS

6.1. O SEST SENAT quitará as taxas e custeará os serviços necessários à obtenção de CNH.

6.1.1. Em casos excepcionais, e por razões administrativas, será necessário que o beneficiário arque com pagamentos de serviços e/ou taxas dos processos para, posteriormente, receber o reembolso dos valores em espécie.

6.1.2. Não serão pagos pelo SEST SENAT serviços ou taxas referentes a novas tentativas em casos de reprovação em qualquer etapa do processo de habilitação.

6.1.3. O SEST SENAT não se responsabiliza pelo pagamento de quaisquer taxas para regularização de pessoas que não estejam quites com suas obrigações perante aos órgãos públicos.

6.2. Para fazer jus ao recebimento dos benefícios o beneficiário deverá participar e ser aprovado no Curso de Qualificação para Primeira Habilitação, com carga horária de 30 horas.

6.2.1. O curso de Qualificação para Primeira Habilitação poderá ser realizado em encontros de diferentes durações, de acordo com a disponibilidade de profissionais e necessidade da Unidade Operacional do SEST SENAT.

6.2.2. Para ser aprovado o beneficiário deverá atingir média igual ou superior a 6 (seis) e ter frequência no curso de, no mínimo, 75%.

6.2.3. O beneficiário reprovado por desempenho inferior à média estabelecida terá direito a uma tentativa de recuperação por meio de uma avaliação objetiva de caráter supletivo.

6.3. A não participação no curso de Qualificação para Primeira Habilitação ou a reprovação por não cumprimento de frequência mínima de 75% e de média de aproveitamento do curso, acarretará na desclassificação do beneficiário e a perda do direito de participação no Projeto “Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social”.

6.4. Os processos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação só poderão ser custeados após a aprovação do beneficiário no Curso de Qualificação para Primeira Habilitação.

6.4.1. Os beneficiários que já tenham iniciado o processo de obtenção de CNH antes

da emissão do Termo de Adesão só terão direito aos benefícios do Projeto após serem aprovados no Curso de Qualificação para Primeira Habilitação.

6.5. Os beneficiários não devem realizar nenhum pagamento ou emissão de documentos sem a expressa orientação e encaminhamento da Unidade Operacional do SEST SENAT.

6.5.1. Os pagamentos realizados sem o respectivo encaminhamento da Unidade Operacional do SEST SENAT não serão reembolsados em nenhuma hipótese.

6.6. Os beneficiários com processo em andamento não serão reembolsados pelos valores pagos antes da assinatura do Termo de Adesão.

6.7. Os beneficiários devem entregar ao SEST SENAT todos os documentos de cobrança das taxas referentes aos processos de obtenção de CNH assim que recebê-los.

6.8. Os serviços vinculados ao processo de obtenção de CNH serão realizados por empresas e profissionais devidamente credenciados pelo SEST SENAT e pelos Departamentos de Trânsito.

6.8.1. A participação do beneficiário no Projeto está sujeita ao credenciamento de empresas e profissionais para prestação dos serviços vinculados ao processo de obtenção de CNH na Circunscrição Regional de Trânsito do seu município de domicílio.

6.8.2. Os beneficiários poderão optar pela empresa ou profissional a prestar os serviços, desde que tais prestadores de serviço façam parte do cadastro de credenciados e não exista determinação do Departamento de Trânsito pela distribuição equitativa da demanda.

6.8.3. O beneficiário será desclassificado caso não exista ao menos um credenciamento de empresa e/ou profissional na Circunscrição Regional de Trânsito do seu município de domicílio para prestar o serviço.

6.8.4. Os Termos de Adesão serão válidos por um período de seis meses a contar de sua assinatura, e nenhum serviço ou taxa poderá ser quitado após o esgotamento deste prazo.

6.8.5. Os Termos de Adesão poderão ser prorrogados mediante justificativa a ser apreciada pela Unidade Operacional do SEST SENAT a qual o candidato esteja vinculado.

6.8.6. Os direitos dos beneficiários, garantidos por este Edital, se esgotam concomitantemente com o encerramento do prazo de validade do Termo de Adesão, consideradas as eventuais prorrogações.

7. DAS RESPONSABILIDADES DO BENEFICIÁRIO

7.1. Os beneficiários devem providenciar e entregar à Unidade Operacional do SEST SENAT todos os documentos solicitados, em conformidade com o Edital.

7.2. Os beneficiários devem participar e serem aprovados no curso de Qualificação para Primeira Habilitação.

7.3. Os beneficiários devem manter seus dados de cadastro sempre atualizados.

7.4. Os beneficiários devem entregar ao SEST SENAT todos os documentos de cobrança das taxas referentes aos processos de obtenção de CNH assim que recebê-los.

7.5. Os beneficiários devem se apresentar à Unidade Operacional do SEST SENAT ou à empresa/profissional prestador de serviços sempre que solicitado e prezando pela pontualidade.

7.6. Os beneficiários que abandonarem o Projeto devem assinar termo de desistência que formalize a sua vontade e determine a perda dos direitos garantidos pelo processo seletivo.

7.6.1. A não assinatura de termo de desistência impedirá a participação no Projeto em outra oportunidade.

8. CANCELAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO

8.1. O candidato será desclassificado ou desligado do Projeto, a qualquer tempo, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis, quando ocorrerem as seguintes situações:

8.1.1. Quando o beneficiário não assinar o Termo de Adesão.

8.1.2. Quando o beneficiário não participar do curso de Qualificação para a Primeira Habilitação.

8.1.3. Em caso de constatação de falsidade das informações prestadas pelo candidato ou beneficiário.

8.1.4. Quando o beneficiário cometer qualquer delito ou desvio de conduta nas dependências do SEST SENAT, em áreas adjacentes ou nas dependências dos prestadores de serviço credenciados pelo SEST SENAT.

8.1.5. Quando não apresentar a documentação comprobatória solicitada, ainda que durante a fase de análise documental no período de seleção.

8.1.6. Quando do descumprimento dos dispositivos discriminados neste Edital.

8.1.7. Por solicitação formal do beneficiário.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. É vedada a duplicidade de inscrição durante a vigência deste Edital.

9.2. A não observância das informações constantes neste Edital é de inteira responsabilidade do candidato.

9.3. As comunicações entre o SEST SENAT e os candidatos ocorrerão, exclusivamente, por e-mail.

9.4. Dúvidas ou informações acerca do processo seletivo para participação no Projeto Primeira Habilitação para o Transporte – CNH Social deverão ser encaminhadas ao Fale Conosco, utilizando o menu disponível no endereço eletrônico <http://www.sestsenat.org.br> ou pelo telefone 0800 728 2891.

9.5. Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva Nacional do SEST e do SENAT.

Brasília, 07 de julho de 2016.



NICOLE GOULART

Diretora-Executiva Nacional do SEST e do SENAT

ANEXO I

VAGAS REMANESCENTES POR UNIDADE OPERACIONAL

UNIDADE OPERACIONAL	UF	VAGAS
146 - São José do Rio Preto	SP	30
160 - Varginha	MG	45
165 - Criciúma/São João	SC	69
173 - Chapecó	SC	12
195 - Blumenau	SC	150
TOTAL	-	306

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ACEITA PARA COMPROVAÇÃO DE CRITÉRIOS

O candidato, quando convocado pela Unidade do SEST SENAT, deverá apresentar, um dos seguintes comprovantes:

1. DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

- a. Carteira de Identidade fornecida pelos órgãos de segurança pública das Unidades da Federação.
- b. Carteira Funcional emitida por repartições públicas ou por órgãos de classe dos profissionais liberais, desde que tenha fé pública reconhecida por Decreto.
- c. Identidade Militar, expedida pelas Forças Armadas ou forças auxiliares para seus membros ou dependentes.
- d. CTPS - Carteira do Trabalho e Previdência Social.

2. COMPROVANTES DE RESIDÊNCIA

- e. Contas de água, gás, energia elétrica ou telefone (fixo ou móvel) em nome do beneficiário;
- f. Contrato de aluguel em vigor, com firma do proprietário do imóvel reconhecida em cartório, acompanhado de um dos comprovantes de conta de água, gás, energia elétrica ou telefone em nome do proprietário do imóvel;
- g. Declaração do proprietário do imóvel confirmando a residência, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de um dos comprovantes de conta de água, gás, energia elétrica ou telefone em nome do proprietário do imóvel;
- h. Declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF;
- i. Demonstrativo ou comunicado do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou da Receita Federal do Brasil - RFB;
- j. Boleto bancário de mensalidade escolar, de mensalidade de plano de saúde, de condomínio ou de financiamento habitacional;
- k. Fatura de cartão de crédito;
- l. Extrato ou demonstrativo bancário de outras contas, corrente ou poupança;
- m. Extrato ou demonstrativo bancário de empréstimo ou aplicação financeira;
- n. Extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- o. Guia ou carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU ou do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

3. COMPROVANTES DE RENDIMENTOS

I - Para comprovação da renda do candidato, devem ser apresentados documentos conforme o tipo de atividade.

II - Para cada atividade existe uma ou mais possibilidades de comprovação de renda.

III - Deve-se utilizar pelo menos um dos comprovantes relacionados.

IV - Em qualquer hipótese, a decisão quanto ao(s) documento(s) a ser(em) apresentado(s) cabe à Unidade SEST SENAT, a qual poderá solicitar qualquer tipo de documento em qualquer caso e qualquer que seja tipo de atividade.

V – Desempregados poderão preencher e assinar declaração de idoneidade disponível na Unidade do SEST SENAT.

a) Assalariados

- Os últimos três contracheques.
- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição.
- CTPS registrada e atualizada, ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica.
- Extrato da conta vinculada do trabalhador no FGTS referente aos seis últimos meses.
- Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

b) Atividade Rural

- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição.
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.
- Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas.
- Notas fiscais de vendas dos últimos seis meses.

c) Aposentados e Pensionistas

- Comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão.
- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição.

d) Autônomos

- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.
- Guias de recolhimento ao INSS dos três últimos meses, compatíveis com a renda declarada.
- Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

e) Profissionais Liberais

- Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição.
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou membros de seu grupo familiar, quando for o caso.
- Guias de recolhimento ao INSS dos três últimos meses, compatíveis com a renda declarada.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu, “**NOME DO BENEFICIÁRIO DO PROJETO**”, “**NACIONALIDADE**”, “**PROFISSÃO**”, “**ESTADO CIVIL**”, “**R.G**”, “**CPF**”, residente e domiciliado “**ENDEREÇO**”, “**BAIRRO**”, “**CIDADE**” , “**CEP**”, atualmente sem exercer atividade remunerada, declaro sob as penas da lei, que sou pessoa de idoneidade moral ilibada perante a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

“DATA”

“ASSINATURA DO DECLARANTE”